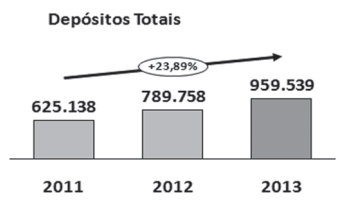
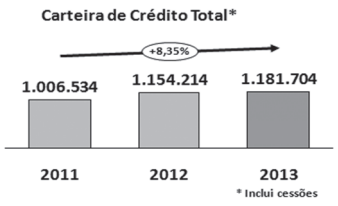
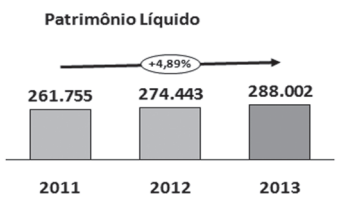
BANCO INTERMEDIUM S/A

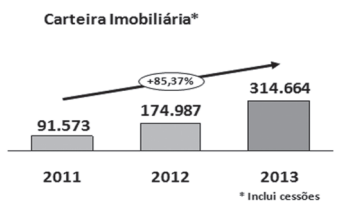
CNPJ: 00.416.968/0001-01
Av. do Contorno, 7.777 - 2º e 3º andar - Bairro: Lourdes - CEP: 30110-051
Belo Horizonte-MG. - Fone: (0xx) 31 - 2101-7000
www.intermedium.com.br
Twitter : twitter.com/intermedium
Facebook : facebook.com/b.intermedium

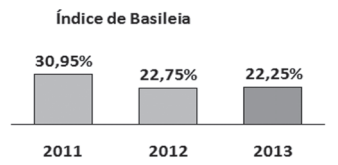
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2013

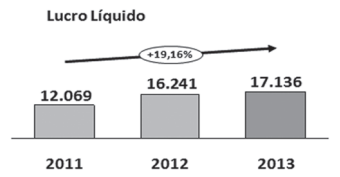












O ano 2013 foi extremamente desafiador para a economia brasileira e do mundo. Em meio às incertezas do cenário externo, inflação resistente, juros em alta e intervenção do governo na economia, continuamos a obter resultados operacionais notáveis e avanços significativos na execução de nossa estratégia de expansão.
Em termos consolidados, nossa carteira de empréstimos alcançou o saldo de R$ 1,1bilhão no final de 2013, expansão de 23,6%, liderada pelos empréstimos e financiamentos imobiliários, cuja carteira cresceu 79,9% no ano. Para dar suporte adequado à expansão da carteira de crédito, concluímos duas emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI e intensificamos a comercialização de instrumentos como Letras de Crédito Imobiliário - LCI. No tocante ao lucro líquido, atingimos R$ 17,1 milhões no encerramento do exercício de 2013, resultado ligeiramente superior ao exercício anterior.
O desempenho apresentado foi motivador e atendeu às expectativas dos acionistas, principalmente devido ao cenário de alta dos juros e aumento das despesas administrativas, que cresceram especialmente devido a investimentos em novas lojas especializadas em Crédito Imobiliário e maior estrutura de T.I.
Atingimos em 2013 a marca de 29 lojas de crédito imobiliário, com previsão para atingirmos 50 até o final de 2014, fator viabilizador do crescimento da carteira de crédito imobiliário, em aderência à nossa estratégia. Quanto às despesas em maior estrutura de T.I., investimos por acreditar que o desenvolvimento tecnológico constante é necessário para execução com sucesso de nossa estratégia e plano de expansão, além de ser fundamental para melhoria de nossa eficiência no médio e longo prazo.

Por meio de estratégias bem definidas, continuamos a melhorar e fortalecer as práticas de Governança Corporativa e demos início às operações de hedge para reduzir riscos financeiros. Diversificamos nossas fontes de receitas e ampliamos nossa base de clientes através de serviços prestados por meio da Interfronting, nova corretora de seguros do Banco constituída em setembro de 2012. Ainda na execução de nossa estratégia de diversificação de receitas, recebemos autorização do Banco Central para inaugurarmos nossa distribuidora de títulos e valores imobiliários – Intermedium DTVM e, também, o credenciamento pela CVM que permite a atuação como gestora de fundos de investimentos.
Para 2014 e próximos anos, seguiremos firmes em nossa rota de expansão e de crescimento. Continuaremos a investir nas pessoas, trabalhar para satisfazer nossos clientes e gerar valor aos nossos acionistas. Voltaremos nossa atenção também para melhorar nossa eficiência, fator fundamental para garantir a sustentabilidade de resultados em ambiente de grande incerteza.
Um agradecimento especial a todos os funcionários pela competência, empenho e dedicação. Aproveitamos para agradecer também a preferência de nossos clientes, o apoio e a confiança de nossos acionistas e todos os que, direta ou indiretamente, vêm contribuindo para o crescimento do Banco.
Por fim, comemoramos os números alcançados e entendemos que estamos no caminho certo de transformar a estratégia do Banco em resultados tangíveis e sustentáveis.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2014.
A. Conselho de Administração.

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Exercícios 2013	2012
Circulante			
Disponibilidades	4	2.672	3.693
Aplicações interfinanceiras	5	68.142	105.475
Títulos e valores mobiliários	6	37.199	35.288
Relações interfinanceiras		382	340
Operações de crédito	8	429.654	348.421
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(39.419)	(48.168)
Operações de crédito vinculadas	8	101.380	67.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	8	(3.247)	(2.184)
Outros créditos	9	29.577	27.318
Outros valores e bens	10	8.004	4.159
Despesas antecipadas	11	29.045	28.054
Total do ativo circulante		**663.389**	**570.085**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras	5	2.527	4.017
Títulos e valores mobiliários	6	145.057	117.210
Operações de crédito	8	529.277	439.093
Operações de crédito vinculadas	8	53.573	46.175
Outros créditos	9	3.818	3.717
Outros valores e bens	10	203	118
Despesas antecipadas	11	24.373	34.671
Total do realizável a longo prazo		**758.828**	**645.001**
Permanente			
Investimentos	12	4.167	6.238
Imobilizado de uso		4.739	2.298
Intangível		2.869	1.428
Total do permanente		**11.775**	**9.964**
Total do ativo não circulante		**770.603**	**654.965**
Total do ativo		**1.433.992**	**1.225.050**

PASSIVO	Nota	Exercícios 2013	2012
Circulante			
Depósitos à vista	13a	8.916	26.286
Depósitos interfinanceiros	13a	32.265	10.116
Depósitos a prazo	13a	79.200	223.784
Letras de crédito	13b	353.520	150.457
Obrigações por empréstimos e repasse		372	41
Obrigações, operações, vendas e transferências	14	71.720	71.374
Outras obrigações	15	48.977	25.090
Total do passivo circulante		**594.970**	**507.148**
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Depósitos a prazo	13a	477.144	280.979
Letras de crédito	13b	8.494	98.136
Obrigações operações vendas e transferências	14	61.167	55.008
Obrigações por empréstimos e repasse		3.578	942
Outras obrigações	15	637	8.394
Total do exigível a longo prazo		**551.020**	**443.459**
Patrimônio líquido			
Capital social		261.534	255.890
Reserva de lucros		26.551	18.831
(-) Ajuste valor de mercado		(20)	
(-) Ações em tesouraria		(63)	(278)
Total do patrimônio líquido	18	**288.002**	**274.443**
Total do passivo não circulante		**839.022**	**717.902**
Total do passivo		**1.433.992**	**1.225.050**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre 2013	Exercícios 2013	2012
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito		116.161	221.263	196.848
Resultado com aplicações interfinanceiras		3.443	5.816	9.214
Resultado com títulos e valores mobiliários		9.512	22.225	24.141
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		17.388	32.971	12.671
		146.504	**282.275**	**242.874**
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado		(41.975)	(70.608)	(64.072)
Obrigações empréstimos e repasses		(215)	(294)	95
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(22.294)	(50.483)	(52.253)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		(13.004)	(22.275)	(7.923)
		(77.488)	**(143.660)**	**(124.153)**
Resultado bruto da intermediação financeira		**69.016**	**138.615**	**118.721**
Outras receitas (despesas) operacionais				
Rendas de prestação de serviços		4.861	8.146	4.610
Despesas de pessoal		(10.115)	(17.581)	(14.031)
Outras despesas administrativas	20	(63.309)	(121.815)	(106.099)
Despesas tributárias		(764)	(1.599)	(1.911)
Resultado de participações em controladas	12	1.593	3.429	5.283
Outras receitas operacionais líquidas	21	9.125	15.251	17.963
Outras despesas operacionais líquidas	22	(2.545)	(4.999)	(5.434)
		(61.154)	**(119.168)**	**(99.619)**
Resultado operacional		7.862	19.447	19.102
Resultado não operacional		(723)	(1.696)	(1.562)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**7.139**	**17.751**	**17.540**
Imposto de renda e contribuição social	17	776	(615)	(1.299)
Resultado do semestre/exercícios		**7.915**	**17.136**	**16.241**
Resultado por ação – R$		**0,67**	**1,45**	**1,37**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2013	**259.891**	**(63)**	**3.091**	**20.253**	**39**		**283.211**
Aumento de capital	1.643						**1.643**
Lucro líquido do semestre						7.915	**7.915**
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			396			(396)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir				2.811		(2.811)	
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,80 por ação)						(4.708)	**(4.708)**
Ajuste valor de mercado					(59)		**(59)**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**261.534**	**(63)**	**3.487**	**23.064**	**(20)**		**288.002**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**248.719**	**(278)**	**1.818**	**11.523**	**(27)**		**261.755**
Aumento de capital	7.171						**7.171**
Lucro líquido do exercício						16.241	**16.241**
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			812			(812)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir				4.678		(4.678)	
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,70 por ação)						(8.315)	**(8.315)**
Dividendos distribuidos						(2.436)	**(2.436)**
Ajuste valor de mercado					27		**27**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**255.890**	**(278)**	**2.630**	**16.201**			**274.443**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**255.890**	**(278)**	**2.630**	**16.201**			**274.443**
Aumento de capital	5.644						**5.644**
Lucro líquido do semestre						17.136	**17.136**
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			857			(857)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir				6.863		(6.863)	
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,80 por ação)						(9.416)	**(9.416)**
Dividendos distribuidos							
Ações em tesouraria		215					**215**
Ajuste valor de mercado					(20)		**(20)**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**261.534**	**(63)**	**3.487**	**23.064**	**(20)**		**288.002**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

Elaborada pelo método indireto	Semestre 2013	Exercícios 2013	2012
Atividades operacionais			
Lucro líquido	7.915	17.136	**16.241**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.394	50.583	52.253
Provisão para créditos tributários	770	925	6.703
Reversões/Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(37)	(37)	
Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.593)	(3.429)	(5.283)
Resultado com transferência de ações *stok option*		215	
Depreciações e amortizações	533	781	324
Variação de ativos e obrigações			
Redução (Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.087)	(4.638)	1.957
Aumento de títulos e valores mobiliários	(7.904)	(29.719)	(3.830)
Redução (Aumento) de relações interfinanceiras	1.095	115	(94)
Aumento de operações de crédito	(164.215)	(270.775)	(359.956)
Aumento de outros créditos	(894)	(3.282)	(4.510)
Redução (Aumento) de outros valores e bens	4.771	5.377	(19.263)
Aumento depósitos	73.370	73.370	6.960
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	52.921	52.921	157.660
Aumento Obrigações por empréstimos e repasses	2.934	2.934	944
Aumento de obrigações operações vendas e transferências	(26.823)	6.505	126.382
(Redução) Aumento de outras obrigações	12.863	15.949	(9.244)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	**(27.987)**	**(85.069)**	**(33.269)**
Atividades de investimentos			
Investimentos	(2.000)	(2.000)	
Aquisição de imobilizado de uso	(158)	(2.478)	(1.051)
Recebimento de dividendos	7.147	7.147	860
Intangível	(622)	(1.832)	(1.428)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	**4.367**	**837**	**(1.619)**
Atividades de financiamentos			
Redução de depósitos		(17.010)	(17.010)
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos		60.499	60.499
Obrigações por empréstimos e repasses		33	33
Aumento de capital	1.643	5.644	7.171
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(4.708)	(9.416)	(8.315)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	**(3.065)**	**39.750**	**(1.144)**
Aumento (redução) das disponibilidades	**(26.685)**	**(44.482)**	**(36.032)**
Disponibilidades no início do exercício	88.735	106.532	142.564
Disponibilidades no fim do exercício	62.050	62.050	106.532
Aumento (redução das disponibilidades	**(26.685)**	**(44.482)**	**(36.032)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

Elaborada pelo método indireto	Semestre 2013	Exercícios 2013	2012
1. Receitas	**122.242**	**226.458**	**198.370**
1.1 Intermediação financeira	129.116	264.887	230.203
1.2 Prestação de serviços	4.861	8.146	4.610
1.3 Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	4.384	(4.887)	
1.4 Obrigações por empréstimos e repasses	(215)	(294)	
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.294)	(50.483)	(52.253)
1.6 Outras receitas/despesas operacionais	7.113	10.785	17.372
1.7 Não operacionais	(723)	(1.696)	(1.562)
2. Despesas da intermediação financeira	**41.975**	**70.608**	**64.072**
3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros	**61.790**	**119.164**	**104.405**
3.1 Materiais, energias e outros	17.466	32.298	24.586
3.2 Serviços de terceiros	44.324	86.866	79.819
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	**18.477**	**36.686**	**29.893**
5. Retenções	**(533)**	**(781)**	**(324)**
5.1 Depreciações e amortizações	(533)	(781)	(324)
6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)	17.944	**35.905**	**29.569**
7. Valor adicionado recebido em transferência	**1.593**	**3.429**	**5.283**
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	1.593	3.429	5.283
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	**19.537**	**39.334**	**34.852**
9. Distribuição do valor adicionado	**19.537**	**39.334**	**34.852**
9.1 Pessoal e encargos	10.115	17.581	14.031
9.2 Impostos, contribuições e taxas	(12)	2.214	3.210
9.3 Aluguéis	1.519	2.403	1.370
9.4 Juros sobre capital próprio	2.350	7.058	8.315
9.5 Dividendos distribuídos no semestre/exercícios	2.358	2.358	2.436
9.6 Lucros retidos no semestre/exercícios	3.207	7.720	5.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
O Banco Intermedium S.A. ("Instituição" ou "Banco") iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, a Instituição atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de *software*, corretagem e agenciamento.
Os acionistas da Intermedium - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2008, pela alteração do nome da Instituição para Banco Intermedium S.A., em conexão com o projeto de transformação em Banco Múltiplo.
A Diretoria do Banco Central do Brasil (Bacen) manifestou-se, em 13 de fevereiro de 2008, favorável ao projeto de transformação. A Instituição recebeu autorização para iniciar as operações como Banco Múltiplo no dia 18 de agosto de 2008.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), no que for aplicável.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 22 de janeiro de 2014.
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.
Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:
• Resolução nº 3.566/2008 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.
• Resolução nº 3.604/2008 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa.
• Resolução nº 3.750/2009 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.
• Resolução n° 3.989/2011 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.
• Resolução n° 4.007/2011 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (em vigor a partir de 1° de janeiro de 2012).
• Resolução nº 3.873/2011 - CPC 24 - Eventos subsequentes
• Resolução nº 3.823/2009 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
• Resolução nº 4.144/2012 - CPC Pronunciamento Conceitual Básico (R1).
Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco Intermedium.
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, quando aplicável para a Instituição, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com os BR GAAP.

3. Principais práticas contábeis adotadas
a. Apuração de resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.
b. Disponibilidades e aplicações financeiras
Caixa e equivalentes de caixa, conforme a Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados da data da contratação.
c. Operações ativas e passivas
As operações ativas (circulante e realizável a longo prazo) são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (em base *pro rata die*). As operações passivas (circulante e exigível a longo prazo) referem-se a passivos conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço (em base *pro rata dia*).
d. Provisão para perdas com operações de crédito
É constituída com base na Resolução Bacen nº 2.682/1999, analisando os riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas.
e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários
São registrados pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.
A Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários criando três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
• Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.
• Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
• Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.
f. Instrumentos financeiros derivativos
De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).
As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco) são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" são classificadas como:
• Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.
• Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.
g. Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
h. Imobilizado
É demonstrado ao custo, deduzidas as depreciações que são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas fiscais anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.
i. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado conforme legislação específica.
A Lei nº 11.727, de 3 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 9% para 15% do lucro tributável a partir de maio de 2008. Dessa forma, o encargo da Contribuição Social sobre o lucro tributável foi acrescido pelo diferencial de alíquota de 6% naquela data.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do semestre, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos arts. 36 e 37 da referida Lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição (RTT), devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e os critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.
j. Despesas antecipadas
A apropriação ao resultado do exercício e do semestre das parcelas de despesas com comissão sobre operações de crédito e correspondentes é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
k. Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios a saber:
• Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
• Passivos contingentes (quando aplicável): decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.
As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forama adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

4. Disponibilidades e aplicações financeiras

	2013	2012
Disponibilidades	2.672	3.693
Total de disponibilidade	2.672	3.693
Aplicações interfinanceiras de liquidez* (90 dias) vide Nota 5	59.378	102.839
Total de caixa e equivalentes de caixa	62.050	106.532

* Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações interfinanceiras

	2013	2012
Aplicações em operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	26.999	26.999
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	31.999	71.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
CDI - Banco Morada SA		1.979
CDI - Banco do Brasil SA	4.339	6.467
CDI - Bancoob	7.332	5.026
Provisão para perda - CDI Banco Morada		(1.979)
Total	70.669	109.492
Circulante	68.142	105.475
Não circulante	2.527	4.017

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

2013	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Papel						
Aplicações em CDI	59.380	8.762	2.054	473		70.669

2012	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Papel						
Aplicações em CDI	102.839	2.636	3.579	438		109.492

Em 28 de abril de 2011, o Banco Central decretou intervenção no Banco Morada S.A. em decorrência de comprometimento patrimonial, do descumprimento de normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e pelo fato de seus controladores não terem apresentado um plano de recuperação viável para a Instituição.
O Banco Intermedium possui em carteira uma operação de CDI com o referido Banco, sendo constituída 100% de provisão para perda.

6. Títulos e valores mobiliários
São representados pelos valores atualizados das cotas subordinadas dos fundos de investimentos em direitos creditórios, denominados FIDC Intermedium Créditos Consignados I, FIDC Intermedium Créditos Consignados II e Securitização de Créditos Imobiliários, constituídos pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos consignados da Instituição e também por Títulos Públicos Federais (LFTs).
Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:
• Classificação por tipo de papel e vencimento

2013	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado
Papel							
Disponível para venda			61.920	42.250		104.170	104.170
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)			61.920	42.250		104.170	104.170
Títulos mantidos até o vencimento (*)	20.820	16.379	33.525	7.362		78.086	78.086
Cotas de fundo de investimento	20.820					20.820	20.820
Cotas de fundo de investimento (FIDC)		16.379	33.525			49.904	49.904
BZS - Securitização				7.362		7.362	7.362
Total	20.820	16.379	95.445	49.612		182.256	182.256
Total do Circulante						37.199	
Total do não Circulante						145.057	

2012	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado
Papel							
Disponível para venda	3.459	21.791	27.242			52.492	52.492
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.459	21.791	27.242			52.492	52.492
Títulos mantidos até o vencimento (*)	10.038		28.882	61.086		100.006	100.006
Cotas de fundo de investimento	10.038					10.038	10.038
Cotas de fundo de investimento (FIDC)			28.882	61.086		89.968	89.968
Total	13.497	21.791	56.124	61.086		152.498	152.498
Total do Circulante					35.288		
Total do não Circulante					117.210		

(*) Em função do enquadramento da Instituição à Circular nº 3.068/01, são classificados como "mantidos até o vencimento".

▶

BANCO INTERMEDIUM S/A

CNPJ: 00.416.968/0001-01

Av. do Contorno, 7.777 - 2º e 3º andar - Bairro: Lourdes - CEP: 30110-051

Belo Horizonte-MG. - Fone: (0xx) 31 - 2101-7000

www.intermedium.com.br

Twitter : twitter.com/intermedium

Facebook : facebook.com/b.intermedium

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC
O FIDC I é administrado pelo UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O FIDC foi constituído em 30 de abril de 2007 sob forma de condomínio fechado e tem prazo de dez anos. Em 7 de novembro de 2011, foi constituído o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. com prazo de duração de quatro anos.
O objetivo dos fundos é captar recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos consignados concedidos pelo Banco Intermedium S.A. a servidores públicos e a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujo pagamento é realizado por meio de desconto consignado em folha de pagamento ou em folha de benefícios do INSS.
As cotas dos FIDCs I e II são avaliadas diariamente. No caso das cotas de classe sênior do FIDC Intermedium Créditos Consignados, considera-se a taxa de retorno prevista como *benchmark* de 120% da taxa CDI, apropriada de forma *pro rata temporis*. As cotas subordinadas têm seu valor obtido pela diferença entre o saldo do patrimônio líquido do fundo e o valor total das cotas seniores.

b. Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC
Em conformidade com o art. 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido dos fundos será de 75%. Nesse contexto, os fundos deverão ter 25% dos seus patrimônios representados por cotas subordinadas. Essa relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas do fundo mensalmente.
A participação do Banco Intermedium S.A. nos FIDCs I e II ocorre através das cotas subordinadas.

c. Natureza do envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento
Além da sua participação através das cotas subordinadas, o Banco Intermedium S.A. realiza operações de cessão de créditos sem coobrigação para os FIDCs I e II.
O Banco Intermedium S.A. é responsável pela cobrança dos direitos creditórios cedidos aos FIDCs I e II, podendo utilizar-se de eventuais agentes cobradores subcontratados, cabendo-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Ademais, o Banco Intermedium S.A. foi contratado como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios adquiridos pelos FIDCs I e II.
As cotas subordinadas detidas pelo Banco Intermedium S.A. assumem o risco de crédito até o valor-limite de sua emissão. Somente ocorrerá a amortização e/ou o resgate das cotas subordinadas após a amortização e/ou o resgate das cotas seniores.
Os fundos estão sujeitos a riscos de flutuações de mercado, risco de crédito das respectivas contrapartes, riscos sistêmicos e a condições adversas de liquidez e negociação aplicáveis a
direitos creditórios, ativos financeiros e demais modalidades operacionais integrantes da carteira do fundo.

d. Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre o Banco Intermedium S.A. e o FIDC, ativos transferidos pelo Banco Intermedium S.A. e direitos de uso sobre ativos do FIDC
No exercício de 2013, foram cedidas operações de crédito ao fundo no montante de R$ 108.807.
Os recebíveis cedidos pela Instituição ao FIDC permanecem com a gestão de cobrança interna, sendo os recebimentos repassados tempestivamente ao custodiante no prazo máximo de 48 horas.
Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no fundo, a Instituição reconheceu contabilmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, receita de R$ 10.986 (2012: R$ 20.053), na rubrica "Rendas de títulos e valores mobiliários".
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos das cotas subordinadas emitidas pelos fundos de propriedade do Banco Intermedium S.A. seguem abaixo demonstrados:

	2013	2012
Cotas de fundos de invest. direitos creditórios - Não circulante FIDC I	16.379	28.882
Cotas de fundos de invest. direitos creditórios - Não circulante FIDC II	33.525	61.086
Total	49.904	89.968

e. Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC em 31 de dezembro de 2013
No exercício findo, o patrimônio total do fundo era composto de R$ 199.129, sendo R$ 149.225 em cotas seniores e R$ 49.904 em cotas subordinadas.

Fundo	2013 Cotas subordinadas	Cotas seniores	Total do Fundo
FIDC I	16.379	47.680	64.059
FIDC II	33.525	101.545	135.070
Total	49.904	149.225	199.129

Fundo	2012 Cotas subordinadas	Cotas seniores	Total do Fundo
FIDC I	28.882	70.193	99.075
FIDC II	61.086	144.781	205.867
Total	89.968	214.974	304.942

f. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs I e II
O Banco Intermedium S.A. não ofereceu nenhum tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus investidores.

g. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do FIDC
O Banco Intermedium S.A. é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do fundo, sendo as cotas seniores ofertadas no mercado a diversos investidores.

6.1 Securitização da carteira de Crédito Imobiliário
O Banco Intermedium dando continuidade à estratégia de sustentabilidade no segmento de Crédito Imobiliário, realizou no primeiro trimestre de 2013, a primeira emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), composta por créditos pulverizados, avaliados pela agência de risco Fitch Ratings com nota A+, totalizando o valor de R$ 22,2 milhões.
No terceiro trimestre de 2013 realizou a segunda emissão, no valor de R$ 17,1 milhões, avaliada pela agência de risco Standard & Poor's com nota AA.
O coordenador líder dessas securitizações é o Banco Votorantim, a securitizadora é a Brazilian Securities e o custodiante Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) foram emitidos com prazo de duração de oito anos.
No caso das cotas de classe sênior da securitização a taxa de retorno prevista como *benchmark* é de IGPM + 6% a.a para primeira emissão e IGPM + 6,80% a.a para segunda. As cotas subordinadas têm seu valor de rendimento obtido pela diferença entre o saldo das cotas de classe sênior e a valorização total. Abaixo demonstrativo da securitização.

Securitização	**2013**	**2012**
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	32.980	
Total	32.980	
Circulante	3.651	
Não circulante	29.329	
Cotas Subortinadas	**2013**	**2012**
Brazilian Securities	7.362	
	7.362	
Circulante		
Não circulante	7.362	

7. Instrumentos financeiros e derivativos
As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram a divulgação em nota explicativa às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações. As operações foram integralmente liquidadas durante o segundo semestre de 2013, assim, não há saldos patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
Quando realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, os registros são realizados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.
As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swaps e contratos de futuro) , quando adquiridas, se destinam à proteção dos ativos e passivos próprios e de clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.
O resultado com instrumentos financeiros derivativos é parte integrante das rendas de títulos e valores mobiliários e dos prejuízos em operações com ativos financeiros, sendo registrados R$ 2.481 mil e R$ 445 mil, respectivamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
As aplicações interfinanceiras da Instituição são mantidas em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão concentradas, basicamente, em certificados de depósito interfinanceiros, letras financeiras do tesouro, letras do tesouro nacional e notas do tesouro nacional.

8. Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito
O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução Bacen nº 2.682/99, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica:

	2013	% carteira	2012	% carteira
Pessoa jurídica	213.839	19,16%	183.682	20,37%
Financiamentos imobiliários	172.569	15,47%	174.987	19,41%
Empréstimos imobiliários	142.095	12,73%		
Pessoa física	585.381	52,46%	542.709	60,20%
Total de operações de crédito	1.113.884		901.378	
Total do circulante	531.034		416.110	
Total do não circulante	582.850		485.268	
Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	1.933	0,18%	137	0,02%
Total de operações de crédito e outros créditos	1.115.817	100,00%	901.515	100,00%
(-) Provisão para perdas com operações de créditos	(42.666)		(50.352)	
Total	1.073.151		851.163	

b. Vencimento e direcionamento dos créditos

2013		Prestações a vencer			
Créditos	**Prestações vencidas a partir de 15 dias**	**Até 90 dias**	**De 91 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Total**
Setor privado					
Pessoa Jurídica	6.667	114.946	76.251	15.975	213.839
Financ. Imobiliários	818	9.626	27.596	134.529	172.569
Emprest. Imobiliários	4.103	11.875	30.690	95.427	142.095
Pessoas físicas	9.297	69.679	169.486	336.919	585.381
Outros créditos	658	66	132	1.077	1.933
Total	21.543	206.192	304.155	583.927	1.115.817

2012	Prestações a vencer				
Créditos	**Prestações vencidas a partir de 15 dias**	**Até 90 dias**	**De 91 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Total**
Setor privado					
Pessoa Jurídica	21.337	78.181	66.189	17.975	183.682
Financ. Imobiliários	2.721	13.748	35.291	123.227	174.987
Pessoas físicas	12.039	58.173	128.431	344.066	542.709
Outros créditos			137		137
Total	36.097	150.102	230.048	485.268	901.515

c. Composição da carteira por níveis de risco (*rating*):

	Percentual mínimo de provisão	2013 Valor da carteira	2013 Provisão	2012 Valor da carteira	2012 Provisão
AA		89.424		58.363	
A	0,50%	903.552	4.513	718.442	3.591
B	1,00%	38.836	388	27.185	272
C	3,00%	22.006	661	21.972	659
D	10,00%	14.114	1.411	15.708	1.571
E	30,00%	7.517	2.255	10.723	3.217
F	50,00%	9.552	4.776	11.663	5.831
G	70,00%	5.645	3.491	7.495	5.247
H	100,00%	25.171	25.171	29.964	29.964
Total		1.115.817	42.666	901.515	50.352

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.
Durante o exercício de 2013, o total de créditos recuperados foi de R$ 7.040 (2012: R$ 8.918).

d. Instituições financeiras e fundos de recebíveis
Exceto pelas cessões realizadas para os FIDCs (conforme Nota Explicativa nº 6.d), durante o exercício de 2013 não houve cessão de recebíveis.
O saldo total, até 31 de dezembro de 2013, dos contratos cedidos com coobrigação é de R$ 31.437 (2012: R$80.431). Para esses valores, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 5.913 (2012: R$ 8.777).

e. Operações de crédito vinculadas
No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Instituição possui saldos de operações de cessão de créditos com retenção substancial de risco com FIDCs e securitização com Brazilian Securities, conforme abaixo demonstrado:

Ano 2013 FIDCs
Curto prazo: 97.714
Longo prazo: 27.222

Ano 2013 Securitização
Curto prazo: 3.666
Longo prazo: 26.351

Ano 2012
Curto prazo: 67.689
Longo prazo: 46.175

9. Outros créditos
Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	2013	2012
Circulante		
Adiantamentos a terceiros	800	562
Imposto de renda a compensar	1.655	312
Devedores diversos (a)	8.497	8.485
Créditos tributários (b)	18.666	17.609
Depósitos em garantia	227	212
Outros créditos com característica de cessão de crédito	198	138
(-) Provisão para outros créditos	(466)	
Circulante	29.577	27.318
Não circulante		
Créditos tributários (b)	1.446	3.118
Depósito em garantia (c)	637	599
Outros créditos com característica de cessão de crédito	1.735	
Não circulante	3.818	3.717

(a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R$ 6.402 (2012:
R$ 4.785), recompra de operações de crédito no valor de R$ 82 (2012: R$ 830), retenções de saldo de cessão no valor de R$ 2.013 (2012: R$ 2.869) e outros valores R$ 0 (2012: R$1).
(b) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em Orçamento Contábil preparado para o biênio de 2014/2015.

2013		Créditos diferidos		IR		CSLL	
Período		**Valor crédito**	**Valor presente**	**Valor crédito**	**Valor presente**	**Valor crédito**	**Valor presente**
	2014	46.603	43.851	11.675	10.963	6.990	6.578
	2015	3.617	3.240	904	810	543	486
Total do circulante		46.603	43.851	11.675	10.963	6.990	6.578
Total do não circulante		3.617	3.240	904	810	543	486
Total geral		50.220	47.091	12.579	11.773	7.533	7.064

Os créditos tributários vencíveis em 2014 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja dedutibilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. Pelo fato de a totalidade desses créditos ter sua realização dentro do próprio exercício social, em 31 de dezembro de 2013, não são apresentados saldos com realização para o exercício de 2015. Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões fiscais sobre as operações com realização prevista para 2015.
O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes - CDI de 10,41% a.a. -, está descontado de R$ 1.275 mil, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R$ 20.112 mil em 31 de dezembro de 2013.

31/12/2013	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	32.324	32.324	12.930
Provisão sob ações cíveis	585	585	234
Provisão sob processos trabalhistas	1.336	1.336	534
Prejuízo fiscal	15.975	15.975	6.414
Base de cálculo	50.220	50.220	20.112
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	12.579	7.533	20.112
Créditos tributários - 31/12/2012	51.818	51.818	
Constituição - 2013	81.811	81.811	
Realização - 2013	(83.409)	(83.409)	
Créditos tributários - 2013	50.220	50.220	
Circulante			18.666
Não Circulante			1.446

(c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R$ 637 (2012:
R$ 599); e ii) a valores bloqueados pelo Bacen JUD em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R$ 227 (2012: R$ 212).

10. Outros valores e bens
Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos.
A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. A composição desses bens é a seguinte:

	2013	2012
Outros valores e bens	8.258	4.328
Provisão para desvalorização	(51)	(51)
Bens não de uso próprio	8.207	4.277
Circulante	8.004	4.159
Não circulante	203	118

11. Despesas antecipadas
A Instituição difere as despesas com comissões pagas aos seus correspondentes conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificadas nesta rubrica até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. O saldo dessas despesas (circulante e não circulante) representa R$ 53.418 em 31 de dezembro de 2013 (2012: R$ 62.725).
Demonstramos abaixo a realização das despesas antecipadas para os próximos exercícios sociais:

Ano	Valor da despesa
2014	29.045
2015	13.385
2016	6.895
2017	2.546
A partir de 2017	1.547
Total	**53.418**
Circulante	29.045
Não circulante	24.373

12. Investimentos
Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

Empresa controlada	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil 2013	Valor contábil 2012	Resultado de equivalência 2013	Resultado de equivalência 2012
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	30	730	99,96%	731	4.737	2.305	4.194
Intermedium Serviços de Cobrança Ltda.	10	721	99,80%	721	1.087	375	640
IFI Software Ltda.	10	150	99,80%	150	173	216	226
Interfronting Corretora de Seguros Ltda.	9	549	75%	549	27	522	27
Intermedium DTVM Ltda	2.000	2.016	100%	2.016		11	
Makelar Corretora de Seguros Ltda.	10		99,00%		214		196
Total				4.167	6.238	3.429	5.283

13. Depósitos e letras de crédito
a) Depósitos

	2013 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2012 Total
Depósitos à vista	8.916				8.916	26.286
Depósitos interfinanceiros	20.222	10.019	2.024		32.265	10.116
Depósitos a prazo	5.125	42.073	32.002	477.144	556.344	504.763
Total geral	**34.263**	**52.092**	**34.026**	**477.144**	**597.525**	**541.165**

b) Letras de crédito

	2013 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2012 Total
Letras de Crédito Imobiliário	38.284	137.331	70.462	8.117	254.194	113.042
Letras de Crédito Agrícola	4.577	684	616		5.877	13.856
Letras Financeiras	1.434	72.269	27.863	377	101.943	121.695
Total geral	**44.295**	**210.284**	**98.941**	**8.494**	**362.014**	**248.593**

14. Obrigações, operações, vendas e transferências
a) Referem-se a operações de vendas e transferências de risco com FIDCs, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil para operações efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2012 que, por tratar-se de mudança de política contábil decorrente de exigência do órgão regulador, não tem alcance retrospectivo.

FIDCs	**2013**	**2012**
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	99.907	126.382
Total	99.907	126.382
Circulante	68.069	71.374
Não circulante	31.838	55.008

b) Referem-se á securitização de operações de vendas e transferências de risco com Brazilian Securities, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil para operações efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2012 que, por tratar-se de mudança de política contábil decorrente de exigência do órgão regulador, não tem alcance retrospectivo.

Securitização	**2013**	**2012**
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	32.980	
Total	32.980	
Circulante	3.651	
Não circulante	29.329	

As operações de crédito vinculadas a cessões estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 8.

15. Outras obrigações

	2013	2012
Composição		
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	14.805	13.877
Provisão para imposto de renda e contribuição social (b)	637	599
Provisão para dividendos	2.358	2.436
Credores por recursos a liberar	23.980	
Outros (c)	7.834	16.572
Total	49.614	33.484
Circulante	48.977	25.090
Não circulante	637	8.394

(a) "Credores diversos", no valor de R$ 5.265 (2012: R$ 2.887); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R$ 2.499 (2012: R$ 4.721); e "Outros", no valor de R$ 7.041 (2012:
R$ 6.269), representados por fornecedores, provisões para despesas de pessoal e provisões para impostos a recolher.
(b) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R$ 637 (2012: R$ 599), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 7).
(c) Provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R$ 1.921 (2012: R$ 1.622) — vide Nota Explicativa nº 19 —, julgada suficiente pela Administração da Instituição conforme opinião de seus assessores jurídicos; provisão para PIS/COFINS no valor de R$ 0 (2012: R$ 6.173); provisão para cessões de créditos com coobrigações no valor de R$ 5.913 (2012: R$ 8.777). Demonstramos abaixo a provisão para a carteira cedida em 31 de dezembro de 2013.

Nível	Valor presente (normal)	Valor presente Provisão (a vencer)
A	23.713	119
B	536	5
C	638	19
D	446	45
E	292	88
F	212	106
G	225	158
H	5.373	5.373
	31.435	**5.913**

16. Transações com partes relacionadas

	2013 Ativos (Passivos)	2013 Receitas (Despesas)	2012 Ativos (Passivos)	2012 Receitas (Despesas)
Controlador				
Captações (depósitos e letras)	(19.175)	(2.803)	(39.828)	(3.828)
Entidades com influência significativa				
Captações (depósitos e letras)	(142.861)	(7.339)	(87.042)	(11.221)
Controladas				
Captações (depósitos e letras)	(733)	(310)	(4.310)	(21.280)
Outras obrigações	(3.568)	(23.386)	(2.354)	112
Pessoal-chave da Administração				
Captações (depósitos e letras)	(29.663)	(1.058)	(15.099)	(1.057)
Outras partes relacionadas				
FIDIC 1/2 - Securitização	49.903	10.986	(126.382)	
FIDIC 1/2 - Securitização	(132.887)	(22.230)	203.831	20.053

A Instituição possui contratos de prestação de serviços de captação de clientes e prospecto de novos negócios com outras empresas ligadas registradas na conta de outras despesas administrativas.
As captações via depósitos correspondem a CDBs, LF, LCI e LF, pós-fixados. Os CDBs possuem remuneração de 100% a 112% do CDI e prazos de 24 a 36 meses. As letras possuem remuneração de 93% a 118% do CDI e prazos de 1 a 25 meses.
A remuneração dos administradores da Instituição é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. A Instituição não tem como prática efetuar pagamentos com base em ações da Instituição para os acionistas e administradores do Banco.

a) Remuneração dos Administradores do Banco
A remuneração dos Administradores do Banco Intermedium para o exercício de 2013 é de, aproximadamente, R$ 1.300 (R$ 1.260 em 2012) *ad referendum* à Assembleia Geral
Ordinária de 2014.
Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17.d, durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2013, foi pago aos acionistas o montante de R$ 9.416, a título de juros sobre capital próprio e provisionados R$ 2.358 como dividendos.

17. Imposto de renda e contribuição social
A Instituição constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R$ 32.324 (2012: R$ 42.935), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 30 de junho de 2013, perfazia um montante de R$ 12.930 (2012: R$ 17.174).
A Instituição mantém um saldo de crédito tributário de R$ 768 (2012: R$ 3.553), relativo a PIS, questionado judicialmente no valor de R$ 0 (2012: R$ 2.469), e provisão para danos morais no valor de R$ 768 (2012: R$ 649), e provisão para cessões de créditos no valor de
R$ 0 (2012: R$ 435).
A Administração, com base na Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para absorção de tal crédito.

	Semestre Imposto de renda	Semestre Contribuição social	2013 Imposto de renda	2013 Contribuição social	2012 Imposto de renda	2012 Contribuição social
Lucro após do imp. de renda e da contribuição social	7.915	7.915	17.136	17.136	17.540	17.540
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre capital próprio	(4.708)	(4.708)	(9.416)	(9.416)	(8.315)	(8.315)
Equivalência patrimonial	(1.593)	(1.593)	(3.429)	(3.429)	(5.283)	(5.283)
PCLD, líquida	(11.978)	(11.978)	(12.680)	(12.680)	24.506	24.506
Outras, líquidas	(9.564)	(9.564)	(7.586)	(7.586)	(7.555)	(7.555)
	(19.928)	(19.928)	(15.975)	(15.975)	20.893	20.893
Base de cálculo						
Alíquota efetiva (15%)					3.134	3.134
Alíquota adicional (10%)					1.734	
IRPJ e CSLL diferidos	(480)	(295)	375	240	(4.257)	(2.446)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(480)	(295)	375	240	611	688

Os recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social foram, respectivamente, R$ 1.034 e R$ 592 (em 2012: R$ 5.139 e 3.175, respectivamente).
A Administração está procedendo com o diagnóstico dos efeitos das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").
Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.
De acordo com as análises prévias realizadas pela Administração e de seus consultores, caso não seja feita a opção pela adoção antecipada, não foram identificados inicialmente riscos relacionados à tributação sobre (i) dividendos distribuídos que excederam o lucro fiscal, apurado entre 1/1/2008 e 2013; e (ii) pagamento de JCP e apuração de resultado de equivalência patrimonial com base no patrimônio líquido societário para os anos-calendário de 2008 a 2013.
Neste sentido, mesmo que seja feita a opção pela adoção antecipada, também não foram identificados previamente riscos de contingência, uma vez que não houve saldo de dividendos não pagos até a data da publicação da MP 627 que excederam o lucro fiscal apurado entre 1/1/2008 e 2013.

18. Patrimônio líquido
a. Capital social
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.843.947 ações nominativas, sendo 6.030.415 ordinárias e 5.813.532 preferenciais, todas sem valor nominal.
Em 28 de junho de 2013, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R$ 4.001, passando de R$ 255.890 para R$ 259.891, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 03 de outubro de 2013.
Em 31 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R$ 1.643, passando de R$ 259.891 para R$ 261.534, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento esta aguardando aprovação do Banco Central do Brasil.
b. Reserva legal
É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.
c. Reserva de retenção de lucros
Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.
d. Dividendos distribuídos
Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Durante o exercício de 2013, foi distribuído aos acionistas o montante de R$ 9.416 pagos na forma de Juros sobre o Capital Próprio, e R$2.358 como dividendos.
e. Ações em tesouraria
A Administração do Banco optou por recomprar o total de 2.951 ações (13.020 em 2012), correspondentes ao valor de R$ 215, as quais esta mantém em Tesouraria. O saldo de ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2013 perfaz o montante de R$ 63 (R$ 278 em 2012).
f. Ajuste a valor de mercado
O saldo de ajuste a valor de mercado é R$ 20 (R$ 0,3 em 2012) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda, que são marcados a mercado.

19. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias
a) Ativos contingentes
Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias
O Banco Intermedium é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R$ 1.958 (2012: R$ 1.622) e provisão para PIS no valor de R$ 0 (2012: R$ 6.173).
O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.
b.1) Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais
A) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R$ 637, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
B) O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, a Instituição, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
B.1) Em 02 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitado em julgado, conforme especificado no item B acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referente a COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para dezembro de 2013 Principal R$ 1.254.405,31, multa R$ 250.881,06, juros R$ 1.787.617,09 Total R$ 3.292.903,46.
Em 05/10/2010 foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
B.2) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedido de restituição/compensação de valores pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para dezembro de 2013 Principal R$ 3.495.852,96, multa R$ 699.170,59, juros R$ 2.543.894,42 Total R$ 6.738.917,98.
Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.
B.3) Em 11/11/2010 lavrados para constituir créditos tributário a Títulos de PIS e COFINS, acrescido de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de 03/2006 a 12/2008, teria recolhimento insuficientes das contribuições em questão.
Cofins: Principal R$ 7.788.142,08, multa R$ 5.841.106,56, juros R$ 6.240.735,28 Total R$ 19.869.983,92.
Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.
PIS: Principal R$ 1.140.386,14, multa R$ 855.289,61, juros R$ 807.328,76 Total R$ 2.803.004,51. Possui provisão de R$ 6.888 mil, efetuou pagamento em novembro de 2013.
A Instituição possui liminar que suspende a ampliação da base de cálculo do PIS datada de 21 de julho de 2006.
Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.
Em novembro de 2013 efetuou o pagamento do débito relativo ao PIS á vista com os benefícios da Lei nº 12.685/2013.
B.4) Em 30/08/2013 foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL relativos ao anos-calendários de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL.
Principal R$ 10.635.072,27 multa R$ 20.553.223,09 juros R$ 4.811.951,18 Total R$ 36.000.246,54.
Foi protocolada impugnação administrativa em 30/09/2013. Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa da empresa, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c) Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 01/01	1.227	395	6.173	7.795
Constituições/Atualizações .	513	1.484	1.167	3.164
Paramentos/Reversões	(404)	(1.295)	(7.340)	(9.039)
Saldo Atual 31/12/2013	1.336	584		1.920

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos em que o Banco figura como "autor" ou "ré" e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados
como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos com classificação de perda possível possuem estimativa de valor dos assessores
jurídicos de R$ 26.132 em 31 de dezembro de 2013.

20. Outras despesas administrativas

	Segundo Semestre 2013	Exercícios 2013	Exercícios 2012
Comissão a correspondente	31.251	61.539	56.853
Prestação de serviços	13.060	25.302	22.887
Processamento de dados	3.816	6.760	5.099
Aluguel	1.516	2.400	1.370
Comunicação	1.207	2.258	1.982
Despesas bancárias	1.693	3.022	3.039
Serviços técnicos especializados	3.299	5.865	4.303
Propaganda e publicidade	2.537	4.298	3.892
Outros	4.930	10.371	6.674
Total	63.309	121.815	106.099

21. Outras receitas operacionais líquidas

	Segundo Semestre 2013	Exercícios 2013	Exercícios 2012
Recuperação de crédito	3.687	7.040	8.918
Recuperação de encargos	3.510	5.459	4.137
Outras rendas	1.928	2.752	4.908
Total	9.125	15.251	17.963

22. Outras despesas operacionais, líquidas

	Segundo Semestre 2013	Exercícios 2013	Exercícios 2012
Amortização e depreciação	533	781	324
Descontos concedidos	1.992	2.390	5.073
Outras despesas	20	1.828	37
Total	2.545	4.999	5.434

23. Cobertura de seguros
A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.
Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 10.000 para incêndios, queda de raio e explosão, R$ 25 para danos elétricos e materiais e R$ 300 para impactos de veículos terrestres, respectivamente, para o Banco.

24. Outras informações
a. Acordo da Basileia
Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme disposto na Resolução nº 2.099/94 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Respeitada as regras desta resolução, o patrimônio líquido da Instituição apresenta-se compatível com o grau de risco dos seus ativos.
b. Gestão de riscos de liquidez
O risco de liquidez é definido como:
• A ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis.
• A possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.
• A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
Uma das medidas adotadas pelo Banco Intermedium é a utilização do *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) — Nível de Cobertura de Liquidez — de curto prazo conforme recomendado pelo Comitê de Basileia.
O Intermedium possui estrutura dedicada ao monitoramento, ao controle e à análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda nacional. Além disso, a Instituição estabelece diretriz e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente pelo Comitê de Riscos e que visa garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. A política de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos, revistos periodicamente seguindo as definições da Alta Administração.
c. Gestão de riscos de mercado
O Risco de Mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Instituição. A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.
O Banco Intermedium S.A. utiliza metodologia estatística para mensurar e gerenciar o Risco de Mercado das suas posições, condizentes com a realidade do mercado e a complexidade das suas operações. A Instituição realiza a supervisão e o monitoramento dos limites e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo efetuados com base nos resultados da avaliação dos valores sujeitos a riscos de mercado com a aplicação da metodologia Value at Risk (VaR), bem como na realização de testes de estresse, buscando antecipar ações para situações adversas.
Adquirimos no segundo semestre de 2013 uma nova ferramenta para mensuração de risco de mercado e liquidez alinhada com os mais altos padrões de qualidade de mercado. ▶

BANCO INTERMEDIUM S/A

CNPJ: 00.416.968/0001-01

Av. do Contorno, 7.777 - 2º e 3º andar - Bairro: Lourdes - CEP: 30110-051

Belo Horizonte-MG. - Fone: (0xx) 31 - 2101-7000

www.intermedium.com.br

Twitter : twitter.com/intermedium

Facebook : facebook.com/b.intermedium

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Gestão de riscos operacionais

Em atendimento à Resolução nº 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional, a Instituição constituiu o Comitê de Riscos que é composto por titulares das áreas administrativas e que se encontra diretamente vinculado à Diretoria Executiva. Esse comitê tem a responsabilidade pelo acompanhamento da gestão do risco operacional, estabelecendo limites, assegurando a segregação de funções e a atribuição de responsabilidades, bem como garantindo que a política de Riscos Operacionais seja praticada em sua plenitude.

Além do Comitê de Riscos, a instituição conta com uma estrutura de gestão de Riscos Operacionais com atribuições de identificar, avaliar, mitigar e monitorar os riscos de forma constante e efetiva. Este trabalho objetiva suportar principalmente os interesses dos clientes, acionistas e colaboradores, garantindo assim o fluxo normal de suas atividades e operações.

e. Gestão de risco de crédito

A Instituição também conta com uma estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito suportado pelo Comitê de Riscos. Uma das funções deste Comitê é a de implementar políticas e estratégias para o seu gerenciamento, de acordo com o disposto na Resolução nº 3.721/09 do Conselho Monetário Nacional.

Desta forma, o Comitê de Riscos possui a responsabilidade pelo acompanhamento e aderência da política de Risco de Crédito, bem como, no exercício de suas atribuições, da fixação de limites e aprovação de operações (middle market), assim como pelo estabelecimento de alçadas para operações de crédito pessoal e crédito imobiliário.

Em atendimento a Circular nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço https://www.intermedium.com.br/arquivos/pdf/gerenciamento_riscos_capital.pdf.

f. Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco Intermedium atua como canal de comunicação dos clientes e usuários de produtos ofertados e no tratamento e mediação de conflitos. As ocorrências são analisadas buscando soluções ágeis e efetivas, com o compromisso de promover melhorias em nossos serviços. A fim de gerenciar as manifestações, utilizamos sistema específico, gerando número de protocolo de atendimento, em conformidade com a legislação prevista.

g. Índice de Basileia

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O Banco Intermedium S/A possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente, e o índice apresentado no exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2012, obtido por meio daquela metodologia, foi de 22,25%.

DLO - DOCUMENTO DE LIMITES OPERACIONAIS
ÍNDICE DE BASILÉIA - REFERÊNCIA: 12/2013
DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA

Descrição	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA	280.966
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	280.966
EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	
CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	1.262.861
RWA PARA RISCO DE CRÉDITO POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWACPAD	1.045.070
RWA PARA RISCO DE MERCADO	
RWA PARA RISCO OPERACIONAL POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWAOPAD	217.791
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	142.052
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	138.915
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 REQUERIDO	211.509
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	280.966
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	69.457
MARGEM SOBRE O CAPITAL PRINCIPAL REQUERIDO	224.138
CAPITAL PRINCIPAL – CP	280.966
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	56.829
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A RBAN	121.129
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA E PARA RBAN	159.837
VALOR CORRESPONDENTE AO RBAN	20.922
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO CAPITAL COMPLEMENTAR	64.722
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO NÍVEL II	56.829
ÍNDICE DE BASILÉIA:	22,25%

h. Plano de negócio

Com relação ao Plano de Negócio estamos superando os objetivos propostos. A carteira de crédito excedeu o projetado em 209%, atingindo um volume de R$ 1.071 milhões de reais. As carteiras, por modalidade de crédito consignado, middle e imobiliário superaram as metas em 542%, 21% e 233% respectivamente. As captações em depósitos a prazo também apresentaram um excelente desempenho, atingindo R$951 milhões de reais, superando a meta em 109 %. Diante do exposto, julgamos que as metas estipuladas no Plano de Negócios original são plenamente atingíveis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA - PRESIDENTE
AQUILES LEONARDO DINIZ - CONSELHEIRO
JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA - CONSELHEIRO
JOSÉ FELIPE DINIZ - CONSELHEIRO
MARCOS ALBERTO CABALEIRO FERNANDEZ - CONSELHEIRO

DIRETORIA EXECUTIVA
AQUILES LEONARDO DINIZ
DAURO DE CARVALHO E SILVA
JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA

DIRETORIA
CRISTIANO HENRIQUE VIEIRA GOMES
MARCO TÚLIO GUIMARÃES
MARIA VIRGINIA GOMES MOREIRA
SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA

CONTADOR RESPONSÁVEL
SICOMAR BENIGNO DE ARAÚJO SOARES
CRC-MG 67.120-O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas do
Banco Intermedium S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Intermedium S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Intermedium S.A. em 31 dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre e exercício findos em 31 dezembro de 2013, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Antônio de Pádua Soares Pelicarpo
Contador CRC MG-027739/O-3

Artmidia